

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/ Agência Brasil



Rodrigo Pacheco sonha com uma vaga no TCU

O arriscado plano de Pacheco rumo ao TCU

Na semana passada, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), voltou a defender a sua pauta anti-Supremo Tribunal Federal (STF), afirmando que pode colocar em votação projetos como o que estabelece mandato para os ministros logo depois de esgotada a pauta econômica. O Senado já passou para a Câmara a reforma tributária, mas ainda haverá a análise da Lei de Diretri-

zes Orçamentárias (LDO) e do próprio orçamento, além de outros temas. Se ainda haverá tempo para Pacheco fustigar o STF este ano, não se sabe. Mas o presidente do Senado não deixa o projeto morrer. E o que se comenta nos bastidores do Congresso é que isso faz parte de um plano de Pacheco para chegar ao TCU. Um plano arriscado. Mas, segundo se comenta, em curso.

Oposição

Antes dócil ao governo, Pacheco ultimamente se aproximou da oposição, como parte do projeto de levar o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Davi Alcolumbre (União-AP), à vitória como seu sucessor no comando do Senado a partir de 2025.

Independência

Nesse caminho, a oposição cobrou de Pacheco o cumprimento de sua promessa de campanha de defender a independência do Senado contra interferências do STF. Na visão da oposição, isso teria ocorrido no Marco Temporal e em temas da agenda de costumes.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



A estratégia passa por Bruno Dantas no STF

Sem chances para o STF, Pacheco passou a mirar o TCU

Arejeição do nome de Igor Roque para a Defensoria Pública da União (DPU) teria sido, então, um recado, para limitar o leque de escolhas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a vaga do STF aberta com a aposentadoria de Rosa Weber. Assim como fez com Igor Roque, a associação Pacheco/oposição poderia vir a derrubar

nomes como o ministro da Justiça, Flávio Dino, e outros mais próximos da esquerda e do governo. Abrindo um caminho para que a escolha para o STF venha a ser o atual presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas. Escolhido Bruno Dantas para o STF, ficaria aberta uma vaga para o TCU. Para Pacheco.

Pacheco

Em determinado momento, o próprio nome de Pacheco foi cogitado para o Supremo. E ele chegou a se movimentar nesse sentido. Quando percebeu, porém, que essa chance era extremamente remota, deu a guinada no Senado, pressionado por Alcolumbre.

Alcolumbre

Uma escolha que está associada ao projeto de retorno de Alcolumbre que, a essa altura, tem buscado apoios junto à oposição, e não junto ao governo. Ainda que Alcolumbre tenha no governo um ministro da sua cota pessoal, Valdez Goes, do Desenvolvimento Regional.

Riscos

Os que comentam a hipótese, admitem que o jogo é arriscado. Embora tenha apreço por Bruno Dantas, Lula teria de ceder a uma estratégia que não é sua na escolha de um nome para a Suprema Corte, cuja atribuição da escolha é inteiramente sua, com o aval do Senado.

Bolsonaro

Quando Renan Calheiros (AL) procurou o PSD para tentar compor uma aliança na qual o partido de Gilberto Kassab apoiasse alguém do MDB no Senado, Alcolumbre foi ao PL conversar com Valdemar Costa Neto e com o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Em semana esvaziada, negociações da tributária

Com feriado na quarta, não haverá sessões deliberativas

Por Ana Paula Marques

Por conta do feriado de 15 de novembro, dia em que se comemora a Proclamação da República do Brasil, que cairá na próxima quarta-feira, bem no meio da semana, o Congresso Nacional estará esvaziado. Tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados não haverá sessões deliberativas. A pausa deve ser usada, então, para procurar soluções aos impasses que rondam a nova votação da Reforma Tributária.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) foi aprovada no Senado na semana passada, e, por ter sofrido diversas modificações para garantir sua aprovação na casa, a matéria segue novamente para nova análise dos deputados. Por regra, para ser promulgada o texto da PEC precisa ter o consenso das duas casas legislativas.

Fatiamento

Como não há consenso entre os deputados sobre todos os pontos da reforma que foram alterados no Senado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), propôs um fatiamento. Seriam mantidos e aprovados os pontos em que há consenso. E a reforma, assim, seria promulgada. As partes onde não há concordância seriam retiradas do texto, com o uso de destaques para votação em separado, e seriam apreciados em um segundo momento.

Os senadores, no entanto, são contrários à proposta de Lira. Entendem que isso praticamente significaria um retorno ao texto original aprovado na Câmara, retirando quase toda a contribuição do Senado.



Valter Campanato/Agência Brasil

Arthur Lira está mais próximo do presidente Lula no segundo semestre

A semana esvaziada deve servir para concluir qual estratégia será usada. A intenção de Lira é votar a reforma tributária na semana que vem.

Apesar do mal estar com o Senado, a vontade de Lira deve prevalecer, segundo avaliações, por ele ter grande influência entre os parlamentares do Centrão, que dominam a Câmara. A estratégia para a votação da reforma será definida pelo Colégio de Líderes.

Ciumeira

Mesmo após encontros com parlamentares para garantir que pautas de interesse sejam aprovadas, o governo parece enfrentar outro percalço, desta vez em especial com o Senado.

Senadores prometem atrasar votações de interesse do Executivo e pressionam o governo para garantir um adicional em emendas parlamentares no valor de R\$ 2 bilhões. O

argumento é que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, teria prometido destinar outros R\$ 4 bilhões à Câmara dos Deputados.

Além das votações, a oposição vem falando em derrubar vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em matérias como o arcabouço fiscal, o Conselho Administrativo de Recursos Federais (Carf) e o Marco Temporal de demarcação das terras indígenas. Esses vetos também deverão ser analisados depois do feriado, na semana que vem.

No caso do Marco Temporal, o próprio governo já admite que o Congresso deverá mesmo derrubar os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que deverá levar novamente o tema para julgamento no Supremo Tribunal Federal. Anteriormente, a Suprema Corte considerou a tese que limitava a demarcação das terras indígenas à data da promulgação da

Constituição em 1988 inconstitucional. Se derrubado o veto de Lula, o projeto se torna lei e nova contestação ao Supremo deverá ser feita.

Já é a segunda vez que os congressistas adiaram a apreciação de vetos, agora a sessão deve ocorrer no dia 23.

Além do esvaziamento

Na semana esvaziada pelo feriado, a reforma tributária também será discutida no Congresso Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil 2023 (Conaf) entre 12 a 18 de novembro, com o tema: “A importância da Receita Federal para o Estado brasileiro”. O evento deve reunir ministros, parlamentares, especialistas e tomadores de decisão do governo federal.

Além da PEC, serão discutidos a tributação ambiental, o combate à desigualdade, o assédio moral no serviço público e outros temas.

Justiça devolve PDT-CE a Cid Gomes e acirra disputa com Ciro

Reprodução/Facebook/Cid Gomes



Novo capítulo da disputa interna que opõe os irmãos

A Justiça do Ceará suspendeu na sexta-feira (10) a intervenção do comando nacional do PDT no diretório estadual, em um novo capítulo da disputa interna que opõe os irmãos Cid e Ciro Gomes.

A decisão em caráter liminar foi proferida pelo juiz Cid Peixoto do Amaral Neto, que atendeu a um pedido do diretório do Ceará liderado por Cid Gomes. O magistrado acolheu o argumento de que a intervenção afrontou os princípios do contraditório e da ampla defesa.

A intervenção no PDT do Ceará foi aprovada em 27 de outubro, em um encontro da executiva nacional do partido no Rio de Janeiro. Derrotado na ocasião após uma reunião tensa, que teve bate-boca e dedo em riste entre aliados dos dois irmãos, Cid ameaçou deixar o partido.

Cid e seus aliados acusam o atual presidente do partido, André Figueiredo, de romper acordo que havia sido firmado em julho sobre a direção do braço cearense do PDT. Ele havia se licenciado do cargo e cedido a presidência para Cid, com o compromisso de ser reconduzido em dezembro.

No entanto, Figueiredo decidiu antecipar a volta da licença após a divergência sobre os rumos do diretório, o que desencadeou a briga judicial. Para resolver o impasse, o presidente chamou a reunião da executiva que decidiu pela intervenção no diretório local.

A disputa entre os dois gru-

pos já havia registrado novos embates ao longo da semana. Em uma reunião conduzida pelo senador Cid Gomes na quarta-feira (8), o PDT do Ceará concedeu cartas de anuência para 23 filiados deixarem o partido, incluindo deputados federais e estaduais. As cartas foram anuladas no mesmo dia pelo comando nacional do PDT.

Dias antes, Ciro Gomes decidiu elevar o tom durante discurso na convenção estadual do PSDB no Ceará e disse que o estado está sendo destruído “pela traição”.

“O nosso estado do Ceará está sendo destruído daquele caminho que nós trilhamos. Está sendo destruído pela traição. Está sendo destruído pelo des-

compromisso”, afirmou Ciro, no palanque tucano.

O centro da divergência entre as duas alas do partido no Ceará é o alinhamento do PDT com o governador Elmano de Freitas (PT) e possíveis alianças com o PT nas eleições municipais de 2024.

De um lado, Cid Gomes tem costurado parcerias com PT e defende a manutenção da aliança com o governador. Seu principal temor é que o rompimento resulte em uma possível revoada de prefeitos e possíveis candidatos nos municípios, causando uma desidratação do PDT antes mesmo das eleições.

A ala ligada a Ciro Gomes e André Figueiredo, por sua vez, defende que o PDT mantenha

uma postura de independência frente ao governo do PT. Nacionalmente, os dois partidos são aliados -o presidente licenciado da legenda, Carlos Lupi, é ministro da Previdência do governo Lula.

No cenário atual, a maioria dos deputados estaduais e federais pedetistas são favoráveis à aliança com o PT no Ceará. Na contracorrente, contudo, estão nomes de peso do partido, caso de Ciro Gomes e do ex-prefeito de Fortaleza Roberto Cláudio, derrotado na disputa pelo governo de 2022.

Em julho, quando assumiu o comando do diretório do PDT no Ceará, Cid Gomes falou em “virar a página” do rompimento com o PT em 2022 e indicou que iria, dentro das instâncias partidárias, fazer enfrentamento interno aos dissidentes, incluindo o seu irmão e ex-governador Ciro Gomes.

Cid traçou um plano de trabalho para os próximos meses que inclui três frentes: organizar uma comissão para conversar com legendas aliadas, levantar potenciais candidaturas a prefeituras nos municípios cearenses e solidificar a organização interna do partido.

Um dos principais imbróglios está em Fortaleza. O prefeito Sarto Nogueira (PDT), que é mais próximo a Ciro, quer disputar a reeleição, mas não tem o apoio do PT nem da ala pedetista ligada a Cid Gomes.

Por João Pedro Pitombo (Folhapress)